



CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE BRAGANÇA

Henrique Ferreira (Coordenador)
Dina Macias
Fátima Fernandes
Jorge Guerra
Manuel Meirinhos

Câmara Municipal de Bragança, Maio de 2012

Sumário

1 Introdução: as motivações da presente revisão	4
2. As dinâmicas demográfica e demográfica escolar do Concelho de Bragança	5
2.1. A demografia do Concelho de Bragança	5
2.2. A demografia escolar do Concelho de Bragança	8
2.1. Os fluxos demográficos escolares	8
2.3. Um não racional aumento do número de professores	9
2.4. Em contraciclo, a diminuição de assistentes operacionais	9
3. Oferta formativa e indicadores educacionais	10
3.1. A oferta formativa	10
3.2. Indicadores de realização educacional	11
4. Avaliação da execução da carta educativa de 2006	14
4.1. A ação da Câmara Municipal	14
4.1.1 Parque escolar	14
4.1.2. Equipamentos e matérias educativos	14
4.1.3. Transportes escolares	15
4.1.4. Ação Social	16
4.1.5. Apoios para material escolar	
4.1.6. Organização das Atividades de Enriquecimento Curricular	17
4.1.7. Organização/apoio de/a atividades de complemento curricular	17
4.1.8. Cumprimento das funções previstas nos Decretos-Lei nº 115-A/98, 7/2003 e 75/2008	19
4.1.9. Programas de ajuda a menores em situação de risco	19
4.1.10. Currículo escolar municipal	19
4.1.11. Pessoal assistente operacional	19
4.1.12. Limpeza	20
4.1.13. Suporte organizacional	20
4.1.14. Juízo avaliativo	20
4.2. A ação do Ministério da Educação	21
4.2.1. O regime de funcionamento das escolas, as AEC e o estudo acompanhado	21
4.2.2. O Programa Novas Oportunidades	22
4.2.3. Um inadequado planeamento do número de professores	22
5. Princípios organizacionais da Educação	23
5.1. Um grupo-turma, uma sala de aula normal	23
5.2. O não encerramento de nenhum estabelecimento pós-1º CEB, na cidade	23
5.3. A necessária malha geográfica do ensino pós-1º CEB	23
5.4. A coordenação e diversificação da oferta formativa	24

5.5. Educação do projeto de sociedade em todas as escolas	24
5.6. Incremento da formação profissional	24
5.7. Incremento da formação artística	24
5.8. Escola orientada para o sucesso dos alunos	24
5.9. Currículo municipal de educação	25
5.10. Gestão do tempo escolar	25
5.11. Gestão coordenada de professores e funcionários	26
5.12. Não constituição de quadro de professores do 2º Ciclo no Agrupamento Miguel Torga	26
5.13. Transição dos educadores de infância e dos professores do 1º ciclo	26
6. Reordenamento da rede escolar	27

QUADROS e ANEXOS

QUADRO 1: Previsão dos alunos e sua distribuição por escolas para 2012/2013	29
ANEXO 1: Evolução da população do Concelho de Bragança e das suas unidades territoriais entre 1864 e 2010	31
ANEXO 2: Evolução do número de nascimentos, desde 1980, e Projeção da população escolar até 2030	32
ANEXO 3: Regressão linear dos nascimentos no Concelho de Bragança	33
ANEXO 4: Dinâmica evolutiva da população do Concelho de Bragança, em termos de grupos etários, desde 1950	36
ANEXO 5: Evolução educacional da população do Concelho de Bragança	36
ANEXO 6: Nascimentos, desde 2006, na Maternidade do CHNE	38

SIGLAS

AE- Agrupamento ou Agrupamentos de Escolas

CHNE – Centro Hospitalar do Nordeste

ME – Ministério da Educação

CMB – Câmara Municipal de Bragança

1 Introdução: as motivações da presente revisão

A Carta Educativa do Concelho de Bragança foi elaborada entre 2004 e 2006, nos termos estabelecidos no Decreto-Lei nº 7/2003, de 15/1, alterado pelas Leis nº 41/2003, de 22/8, e nº 6/2012, de 10/2, sendo aprovada, também em 2006, pelo Conselho de Ministros.

Pelo referido Decreto-Lei nº 7/2003 determinava o Governo que as cartas educativas fossem avaliadas e revistas de cinco em cinco anos. Entendeu a Câmara Municipal dar cumprimento a este princípio e proceder à revisão da Carta Educativa.

Tanto o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22/4, como a Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2010 (DR I Série, 14/6: 1997-1999) modificaram substancialmente os princípios organizativos do Decreto-Lei nº 7/2003 e introduziram elementos de mudança na transformação dos agrupamentos em mega-agrupamentos e das escolas em agrupamentos.

Pelo Decreto-Lei nº 75/2008, passaram a ser possíveis: 1) a constituição de agrupamentos com todos os níveis de ensino não superior, os hoje chamados agrupamentos verticais; e b) a constituição de «mega-agrupamentos» (agrupamentos de agrupamentos ou de agrupamentos e escolas não agrupadas), resultantes tanto de uma lógica associativa-comunitária como de uma lógica federativa entre agrupamentos como ainda de uma lógica racional-administrativa.

Pela Resolução CM nº 44/2010, foram tornados obrigatórios: a) a constituição de agrupamentos verticais até ao 12º ano; e, b) a existência de um mínimo de 21 alunos para a manutenção em funcionamento de um centro escolar do 1º ciclo do ensino básico. No entanto, foram previstas exceções ao cumprimento do disposto na alínea b) em circunstâncias excecionais que, no caso do município de Bragança, se concretizam no Centro Escolar EB1 de Quintanilha.

Face a todos estes elementos, procede-se à avaliação da execução da Carta Educativa de 2006 e à fundamentação e proposição de uma nova rede educativa para o Município de Bragança baseadas:

- 1) na dinâmica demográfica escolar do Concelho de Bragança;
- 2) nos resultados da avaliação da execução da carta educativa de 2006;
- 3) nos princípios de organização educacional deduzidos do quadro político-jurídico-educacional vigente.

2. As dinâmicas demográfica e demográfica escolar do Concelho de Bragança

Analisaremos aqui as principais características destas três variáveis. Na subsecção 2.1., a variável demografia e na subsecção 2.2., a variável demografia escolar.

2.1. A demografia do Concelho de Bragança

A Carta Educativa do Município de Bragança, aprovada em 2006, foi elaborada a partir dos resultados do Censos 2001 e das previsões demográficas para os trinta anos seguintes pelo Instituto Nacional de Estatística (cf. Câmara Municipal de Bragança, 2006).

O relatório do Censos 2001 – secção população - evidenciava cinco tendências demográficas fundamentais, das quais as quatro primeiras se vinham desenvolvendo desde o Censos de 1950:

- 1) diminuição acelerada da população das freguesias rurais em consequência da migração para regiões em expansão económica;
- 2) diminuição acentuada do número de nascimentos;
- 3) envelhecimento da população, rural e urbana, em consequência da diminuição de nascimentos, afetando sobretudo a população rural;
- 4) crescimento da população da Cidade de Bragança à custa do deslocamento de população ativa das freguesias rurais do Concelho e de outros concelhos para abastecer a expansão dos serviços públicos colocados na cidade pelo processo de dispersão territorial dos mesmos com a finalidade da aproximação às populações e ainda pela expansão do setores secundário e terciário não-estatais;
- 5) o aumento episódico da população do Concelho, corroborado pelo Censos 2001 apesar do envelhecimento acentuado da população.

Estas cinco tendências permaneceram nos dados até agora disponíveis do Censos 2011.

Analisemos brevemente cada uma destas tendências.

A diminuição da população das freguesias rurais expressa-se quantitativamente na descida de 29.415 pessoas, em 1950 (momento histórico máximo), para 12.256, em 2010 (cf. ANEXO 1).

A diminuição acentuada do número de nascimentos expressa-se quantitativamente na descida de 1122 nascimentos, em 1959, para 250 ¹, em 2010 (CMB, 2006 e ANEXO 2).

Expressa-se igualmente numa razão de 50% de **crianças e jovens até aos 24 anos** (33% até aos 14) face à população total, em 1950, para 22,48% de crianças e jovens até aos 24 anos (12,38% até aos 14) face à população total, em 2010 (cf ANEXO 3). Neste ano, aquela razão contrasta com os 39,811% de Ribeira Grande, nos Açores, os 28,4% das subregiões Cávado e Ave, os 26,64% da Região Norte, os 25,75% do país, os 19,59% do Distrito de Bragança, com os 19,31% do Pinhal Interior Sul e com os 13,263% de Vila Velha de Ródão.

Expressa-se ainda numa **taxa de juvenilização** de 550%, em 1960, contra uma taxa de juvenilização de 97%, em 2010. Neste ano, aquela taxa era 457% no Concelho de Ribeira Grande, de 252% nos Açores, de 199% nas subregiões Cávado e Ave, de 154,8% na Região Norte, de 134,4% no país, de 62% no Distrito de Bragança, de 57% no Pinhal Interior Sul, de 30,364% em Vila Velha de Ródão.

Em Bragança, só entre 2001 e 2011, o número de crianças e jovens entre os 0 e os 14 anos diminuiu 543 unidades, de 4831 para 4378; e o número de jovens entre os 15 e os 24 anos diminuiu 1469 unidades, de 5040 para 3571.

O envelhecimento da população evoluiu de 6,68% de pessoas acima dos 65 anos, face à população total, em 1960, para 23,28% de pessoas acima dos 65 anos, face à população total, em 2010. Neste ano, aquela razão é de 8,7% para Ribeira Grande, 14,6% para as subregiões Cávado e Ave, de 17,2% para a Região Norte, de 19,15% para o país, de 31,35% para o Distrito de Bragança, de 33,72% para o Pinhal Interior Sul, e de 43,641 para Vila Velha de Ródão.

Expressa-se ainda na passagem de uma **taxa de envelhecimento** de 20,18%, em 1960, para uma taxa de envelhecimento de 188%, em 2010. Aquela

¹ Este número resulta da divisão por dois da soma dos 225 nascimentos registados pela maternidade do Centro Hospitalar do Nordeste (na falta de dados organizados dos registos Cíveis) e dos 275 da média do Instituto Nacional de Estatística para 2011.

percentagem, em 2010, é de 52,77%, em Ribeira Grande, de 115% para as subregiões Cávado e Ave, de 149% para a Região Norte, de 176% para o país, de 250% para Alto Trás-os-Montes, de 284% para Alto Alentejo, de 307% para o Distrito de Bragança, e de 753,9% para Vila Velha de Ródão.

O crescimento da população da Cidade de Bragança é também uma constante. A cidade alcançou novo dinamismo na década de 40 do Século XX, atingindo 8818 habitantes, em 1950, quase estagnando nas décadas de 50 e 60, para dar um salto enorme na década de 70, para 14.379 habitantes (devido ao retorno de nacionais dos territórios dos atuais PALOP e início do incremento da aproximação dos serviços da Administração Pública às populações), continuando a subir a um ritmo quase constante, desde então, para os atuais 23.089 habitantes, distribuídos por 17909 na Freguesia da Sé, 3935 na Freguesia de Santa Maria, e 1245 na Freguesia de Samil, a qual, desde 2001, faz parte do tecido urbano (cf. ANEXO 1).

A cidade cresceu assim 2015 habitantes na década de 00 e 7010 nas últimas duas décadas.

Porém, a este crescimento da população da cidade não correspondeu uma juvenilização. Pelo contrário, os dados ainda provisórios do INE apontam para um forte envelhecimento, em 2010, embora inferior ao do Concelho e bastante inferior ao da sua área rural.

O aumento da população do Concelho é uma das características das últimas duas décadas. A terciarização da economia e a instalação do Instituto Politécnico, acompanhados de um grande incremento da dinamização dos serviços da Administração Pública aproximados às populações contribuíram para o aumento. Não se tratou, com exceção daquele Instituto, de uma desconcentração funcional mas de uma administração central aproximada às populações.

Desde 1950 (38.233 residentes) até 1990, o decréscimo da população só foi invertido na década de 70 pelas razões já explicitadas (35.380 residentes em 1981), voltando a cair na década de 80 para 33.055, em 1990. A partir deste ano, foram 20 anos de crescimento para 34750, em 2000, e 35.345, em 2010, tendo aumentado 1.695 residentes na década de 90 e 595 na década de 00 ou primeira década do Século XXI. Ou seja, o crescimento não está ainda consolidado.

2.2. A demografia escolar do Concelho de Bragança

2.1. Os fluxos demográficos escolares

A demografia escolar do Concelho de Bragança é caracterizada pelas dinâmicas e fluxos escolares e educacionais do país, país de administração marcadamente centralizada, e com elites políticas em luta fratricida pelo futuro da educação, entre 1930 e 1948.

A partir de 1950, todo o discurso político-educacional mudou, e, em 1960, a população escolar já tinha aumentado 60%, de 777.871, em 1950, para 1.235.535 (Portugal. INE, 1964). A partir de 1950, uma procura social intensa da educação primária e, a partir de 1970, uma procura social intensa dos restantes níveis de ensino, obrigaram as elites políticas a disponibilizar os necessários parque escolar e professores.

A consolidação do ensino primário dá-se na década de 60, a do 2º ciclo na de 70, a do 3º ciclo na de 70, a do ensino secundário, na de 80 e a do ensino superior na de 90. Porém, só poderemos falar da democratização do acesso à escola pós-primária a partir do início da ação social escolar, em 1973, com início de execução já em 1974.

Com uma população escolar possível de 13.000 alunos, em 1983, o Concelho de Bragança tinha escolarizados 10.000 crianças e jovens (7.700 no ensino pós-primário). A partir daquele ano, a tendência decrescente da frequência escolar foi-se acentuando, fruto do decréscimo acentuado da natalidade, da saída de mulheres em período fértil e também da diminuição do número de filhos, mas, em contrapartida, expandiu-se a educação pré-escolar cuja primeira unidade pública, em Bragança, foi inaugurada em 1982.

Em 1990, a população escolar já só era de 8.000 crianças e jovens (todos os níveis incluídos) e, em 2003/2004, de 6.231.

Como se disse na Secção 1, no Concelho de Bragança, só entre 2001 e 2011, o número de crianças e jovens entre os 0 e os 14 anos diminuiu 543 unidades, de 4831 para 4378; e o número de jovens entre os 15 e os 24 anos diminuiu 1469 unidades, de 5040 para 3571.

Em 2011/2012, frequentam as vias escolares normais (ensino regular e ensino profissional) 4.350 crianças e jovens (todos os níveis do ensino não superior incluídos). Na Educação de Infância e 1º Ciclo, as freguesias rurais já só contribuem com 201 em 2050 crianças.

Para 2019/2020, prevemos 3884 e, para 2029/2030, 3224. Em princípio, se nada mudar, e seguindo os princípios da regressão linear, deixará de haver nascimentos em 2042 (cf. ANEXO 5). No entanto, ainda é possível fazer algo para minimizar a situação.

A média de nascimentos dos anos 50 foi de 1122 crianças ao ano; a dos anos 60, de 600; a dos anos 80, de 459; a dos anos 90, de 345; e a dos anos 00, de 313. Prevemos para a década de 10, uma média de 240; e, para a década de 20, uma média de 190.

2.3. Um não racional aumento do número de professores

À diminuição do número de crianças e jovens correspondeu o aumento do número de professores, fruto de um dimensionamento dos quadros pelos efetivos de alunos de meados dos anos 80 do Século XX e fruto da multiplicação de experiências e de projetos cuja racionalidade e eficácia falta avaliar.

O facto é que o número de 732 professores existentes, dos quais 53 contratados, está muito além do necessário para os atuais 4.500 alunos.

As escolas podem pois melhorar os seus serviços nas áreas de estudo acompanhado e orientação educacional e prover as AEC e projetos das escolas com estes professores.

2.4. Em contraciclo, a diminuição de assistentes operacionais

A racionalização que não foi prosseguida com os professores, foi-o em excesso com os funcionários. A ratio de um funcionário para cada 40 alunos revela-se claramente insuficiente para prover aos constantemente novos desafios com que se defrontam as escolas em termos de segurança e bem-estar dos alunos e apoio a novos programas de educação.

3. Oferta formativa e indicadores educacionais

3.1. A oferta formativa

Num sistema administrativo fortemente centralizado, a própria **oferta formativa** é mais imposta que negociada e arrisca não estar adequada nem às necessidades nem aos recursos locais.

Mesmo assim, tem existido um espaço não regulamentado, constituindo uma dimensão não-formal das organizações, onde estas entretêm projetos e atividades próprias, quase sempre com caráter não disciplinar, que vão constituindo a marca da identidade das escolas/agrupamentos.

No Concelho de Bragança, existe a oferta da educação regular e da modalidade especial formação profissional. Não existe ainda, estruturada, a modalidade especial ensino artístico.

A formação profissional esteve, até 2003/2004, exclusivamente a cargo das escolas secundárias, a partir do 10º ano, e da escola pública privada Escola Prática Universal e do Centro de Formação Profissional, a partir do 7º ano.

A partir de 2004/2005, com a criação do Programa Novas Oportunidades, a formação profissional estendeu-se também às escolas públicas estatais, a partir do 7º ano, nas modalidades especiais dos cursos CEF (Cursos de Educação e Formação), CEFA (Cursos de Educação e Formação de Adultos) e PIEC-PIEF (Cursos de Programas Individuais de Educação para a Cidadania – Educação e Formação). Estes cursos permitiram que duas centenas e meia de jovens em situação de exclusão escolar fossem reintegrados na escola.

A Educação Regular oferece a educação pré-escolar, o ensino básico e o ensino secundário na modalidade não profissional e não artística. Os três ciclos do ensino básico estiveram, até ao presente ano letivo, repartidos por várias escolas sem que os alunos pudessem ter uma sequência normal em todas elas: as escolas secundárias não podiam oferecer o segundo ciclo; os agrupamentos Paulo de Quintela não podiam oferecer o ensino secundário.

Com esta Carta Educativa procura-se que a criança que entre na educação pré-escolar, numa unidade escolar, possa aí fazer todo o seu percurso escolar, até ao ensino secundário.

Constituindo os cursos CEF uma via de ingresso na vida ativa com uma formação profissionalizante, e existindo eles tanto a nível do 3º ciclo como do ensino secundário, acrescentam oportunidade de diversificação da formação profissional, via que, apesar de todos os esforços, locais e nacionais, não ultrapassa ainda 25% da frequência escolar, em termos de CEF, EFA e Cursos Profissionais.

A via regular do ensino secundário, genericamente denominada via científica ou de prossecução de estudos (mas afinal todas permitem a prossecução de estudos) chamados atualmente científico-humanísticos, divide-se em quatro áreas: ciências e tecnologias, línguas e humanidades, ciências sócio-económicas, artes visuais, as quais estão divididas pelas três escolas secundárias.

3.2. Indicadores de realização educacional

Nos 25 anos que nos separam do início da execução da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86), entretanto já alterada por três vezes, consolidou-se todo o ensino básico generalizando-o a toda a população escolar e reduzindo o **abandono escolar** para 1%. Temos assim **taxas de escolarização e de frequência** de 99% e, com os CEF, **taxas de sucesso escolar** de 90%, no 9º ano. Sem os CEF, as taxas de sucesso, neste ano, cairiam para 80%.

No que respeita ao ensino secundário, tornado obrigatório a partir de 2010/11, estamos com taxas de escolarização de 80% mas com taxas de realização e sucesso de 62%. Urge, por isso, manter o esforço no ensino básico e consolidar o ensino secundário.

Sobretudo, urge **diversificar e desenvolver a formação profissional**, de modo a que 50% a 60% dos jovens a frequentem para dar sentido à sua escola e esta ser útil às suas vidas.

É natural a resistência dos pais ao ensino secundário profissionalizante. Ela foi incrementada pelo Estado Novo através da exaltação do Liceu e da cultura académica como o lugar dos melhores mas os países desenvolvidos têm 70% dos alunos na formação profissional. E perdeu-se já muito tempo em apetrechamento das escolas e formação dos professores.

A evolução da formação da população do Concelho de Bragança seguiu sempre a vanguarda das tendências nacionais, mesmo nos finais do Século XIX. A agricultura constituía um trabalho muito violento, de sol a sol, e os pais sempre

cuidaram de obter um futuro melhor para os seus filhos. Um certo bem-estar económico advindo de uma propriedade não tão dividida como em outras regiões permitiu aos bragançanos capacidade financeira para enviar os seus para a ilustração. Triste sina esta de enviar os filhos para a ilustração e gerar o abandono porque o novo ilustrado demandava, como hoje, outras paragens.

A separação entre cidade e área rural, em termos de instrução, também já era visível nos finais do Século XIX. Em 1878, num Concelho com 11,8% de pessoas que sabiam ler e escrever, a cidade contava com 31% que o sabiam fazer e as povoações da área rural com 11,84%. Além disso, as pessoas da cidade que sabiam ler e escrever representavam 50% do total das pessoas do Concelho que o sabiam fazer. A relação entre mulheres e homens na instrução fazia um retrato da cidade de Bragança bem diferente do de hoje: 38,4% delas sabiam ler e escrever contra 63,6% dos homens. Hoje, inverte-se a relação no que respeita aos ensinos secundário e superior.

A taxa de analfabetismo no Concelho de Bragança é ainda de 10% mas, ao contrário de 1878, data em que a influência do Liceu ainda se não fazia sentir e a da Escola Técnica era ainda projeto, a formação da população do Concelho está quase nos antípodas, fruto de uma evolução acelerada a partir de 1960.

O Censos 2011 dá-nos a formação da população que a seguir descrevemos, considerando as idades respetivas do fim de cada formação:

- 7003 (19,816%) das 35.345 pessoas não têm qualquer grau de instrução, das quais 55% saberão ler e escrever;
- 26,99% de pessoas estão habilitadas com o 1º ciclo do ensino básico, resultantes de 8698 em 32.226 habitantes maiores de 9 anos
- 12,20% de pessoas estão habilitadas com o 2º ciclo do ensino básico, resultantes de 3855 em 31.600 habitantes maiores de 11 anos;
- 16,387% de pessoas estão habilitadas com o 3º ciclo do ensino básico, resultantes de 5074 em 30.963 habitantes maiores de 14 anos;
- 15,605% de pessoas estão habilitadas com o ensino secundário, resultantes de 4609 em 29.535 habitantes maiores de 18 anos
- 1,5 % de pessoas estão habilitadas com o ensino médio, resultantes de 466 em 29.535 habitantes maiores de 18 anos;
- 20,5% de pessoas estão habilitadas com o ensino superior, resultantes de 5636 em 26.678 habitantes maiores de 22 anos.

Agregando as percentagens, temos que:

- 20,5% de pessoas têm a habilitação do ensino superior, graças à influência do Instituto Politécnico, colocando Bragança como terceiro melhor concelho nacional mas ainda longe do padrão da EU, de 30%;
- 37% das pessoas têm a habilitação do ensino secundário, o que nos coloca muito longe da média de 78% da OCDE e da de 85% dos países da UE;
- 50,9% têm a habilitação do 3º ciclo do ensino básico, o que nos coloca também longe dos 95% da OCDE;
- 61,6% têm a habilitação do 2º ciclo do ensino básico; e
- 87,1% têm a habilitação do ensino primário.
- 13% não têm qualquer grau académico, das quais 10% serão analfabetas.

Quanto à **formação dos professores**, o Concelho tem 732, divididos em 679 dos quadros e 53 contratados. Dez por cento têm ainda a formação do bacharelato, 74% a de licenciatura, 15% a de mestrado e 1% a de doutoramento.

No que se refere ao **apetrechamento das escolas**, sobretudo as secundárias, têm boas condições laboratoriais. As básicas 2 e 3 precisam de uma melhoria nesta área.

Todas as escolas estão suficientemente apetrechadas em termos informáticos e de internet.

Igualmente, têm boas instalações e condições de bem-estar ainda que apenas duas tenham sido remodeladas.

4. Avaliação da execução da carta educativa de 2006

4.1. A ação da Câmara Municipal

Como metodologia de avaliação compararemos os objetivos previstos com as realizações efetuadas.

4.1.1 Parque escolar

Nesta matéria, os objetivos foram todos realizados: Foram construídos dois centros escolares na cidade e requalificados dotando a maior parte dos restantes estabelecimentos de ensino dotando-os de sistema de aquecimento, salão polivalente, recreio coberto e refeitório, e melhorando sistemas de segurança, calafetamento e arejamento. Foram ainda colocados baloiços e outros espaços lúdicos, sobretudo nos jardins de infância.

Os centros escolares novos não foram contudo dotados de enfermaria, o que é uma lacuna face ao previsto na Carta Educativa embora tenham gabinete médico.

Na cidade, foram encerradas as EB1 do Loreto, de S. Sebastião, da Estacada e da Estação. Dos 11 espaços EB1, no mundo rural, foram sendo encerrados por falta do número de crianças exigido: Baçal, Coelhooso e Zoio. Encerram por via desta Carta de Rede: Samil, Espinhosela e Salsas.

Mantêm-se pelo menos para 2012/2013: Quintanilha, Rebordãos, Santa Comba de Rossas, Parada e Izeda.

No que respeita a jardins de infância, encerram também o de Coelhooso e o de Salsas.

4.1.2. Equipamentos e matérias educativos

Apesar de a Carta Educativa prever um conjunto de equipamentos e materiais pedagógicos e auxiliares, a CMB optou por fornecer os equipamentos a

pedido dos agrupamentos de escolas, o que julgamos adequado para não multiplicar equipamentos e recursos em espaços a extinguir.

A Rede Internet foi remodelada nas escolas EB1 e tem agora boa acessibilidade, faltando fazê-lo nos jardins de infância

Na Educação Pré-escolar, todo o equipamento é da CMB. Na cidade, cada Jardim de Infância tem pelo menos dois quadros interativos com videoprojector, computador e impressora multifunções e fotocopiadora

No 1º CEB, todo o equipamento é também da CMB. Todas as salas de aula têm quadro interativo, computador, videoprojetor, impressora multifunções, um quadro móvel e rede internet.

Foram instaladas bibliotecas escolares nos dois centros escolares novos e nas EB1 da Mãe de Água, Campo Redondo e Toural. Todas estas bibliotecas, a Biblioteca Municipal, biblioteca da Fundação «Os Nossos Livros», a biblioteca do Arquivo Distrital e a biblioteca da Fundação Afonso Henriques estão integradas em rede na RBB (Rede de Bibliotecas de Bragança), estando na fase final a criação de um catálogo conjunto.

Foi instalada uma unidade de referência para multideficiência na EB2 e 3 Augusto Moreno.

4.1.3. Transportes escolares

O programa «transportes escolares» é bom. Foram resolvidas situações de viaturas incompatíveis com a segurança e o conforto das crianças.

Existe diferenciação entre transportes para as crianças do 1º ciclo e do pré-escolar e transporte para os restantes níveis de ensino. Todas as crianças do pré-escolar e do 1º CEB são acompanhadas por pessoal adulto devidamente preparado de acordo com a legislação em vigor.

O transporte é gratuito para todas as crianças e jovens no âmbito da Escolaridade Obrigatória.

O custo global do programa transportes é de

- Circuitos de aluguer: 370.000

- passes: 150.000

- passes do STUB:
- despesas de transporte para AEC`s e refeições:

4.1.4. Ação Social

A CMB apoia, nos termos da Lei, os alunos carenciados em transporte, material escolar e alimentação.

As **refeições** são grátis para os alunos do 1º escalão de financiamento e pagas a 50% para os alunos do 2º escalão, os quais pagam 0,73 euros por almoço. Os restantes alunos também podem almoçar pagando 1,46 euros.

À CMB, a refeição ficou, em 2011/2012, em 1,99. As refeições foram adjudicadas à empresa Gertal. Verifica-se que, genericamente, a comida tem qualidade conforme demonstram os resultados dos inquéritos efetuados junto das escolas. A empresa também serve as refeições nos dois centros escolares da cidade. Ao longo do ano letivo 2011/12, havia 863 alunos do 1º CEB a comer ao abrigo do programa e 291 do pré-escolar. As crianças do Jardim de Infância da Estação, da EB1 do Tournal e da EB1 Augusto Moreno vão comer ao Agrupamento Augusto Moreno. As crianças das EB1 das Beatas e da Mãe de Água vão comer ao Agrupamento Paulo de Quintela.

A CMB distribui ainda um suplemento alimentar, por dia, aos alunos incluídos no escalão 1 e aos alunos em situação de risco, constituído por fruta, sandes e sumo. A DREN continua a distribuir o leite escolar.

O programa refeições e manuais escolares custou à CMB 319.063 euros em 2011/2012.

A CMB provê os alunos com **manuais escolares**. Financia-os na totalidade para os do 1º escalão e a 50% para os do 2º escalão. O programa só abrange as crianças do 1º CEB, num total de 520, 313 das quais do 1º escalão.

A CMB ainda não disponibiliza apoios para agasalhos, para próteses e para equipamentos especiais de acesso à escola e ao currículo.

4.1.5. Apoios para material escolar

Para além do programa «manuais escolares», já referido, a CMB financia os três agrupamentos com escolas do 1º CEB e jardins de Infância em material escolar e material de limpeza. Tal financiamento correspondeu, em 2011/12, a

- 7.159,55 euros para o AE Abade de Baçal;
- 21.115,80 euros para o AE Augusto Moreno
- 23.297,28 euros para o AE Paulo de Quintela.

As direções dos agrupamentos referem que este financiamento deve ser aumentado.

4.1.6. Organização das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

Do ponto de vista logístico é satisfatória a execução do programa das AEC, o qual está adjudicado, em 2011/12, à empresa Zona Meeting para Educação Física e Inglês, e o Conservatório de Música, no que concerne à Música,

Existe regulamento para recrutamento de professores, transporte dos mesmos e pagamento de salários. A empresa paga as deslocações dos professores. Paga ainda o trabalho docente de acordo com a legislação em vigor.

O custo do programa é de 275.180,01 euros. A DREN financia-o com 258.825,00 euros.

4.1.7. Organização/apoio de/a atividades de complemento curricular

1) Organização de atividades anuais:

- . Dia Mundial da Criança;
- . Festa de Carnaval;
- . Dia da Poesia;
- . Festa de Natal (entrega de prendas);
- . Festa das Aec's (Atividades de Enriquecimento Curricular)
- . Dia da Árvore
- . Milha Escolar

2) Apoio para atividades das escolas:

Ex: Publicação de obras elaboradas pelos alunos, Semana da Educação Especial; Concursos literários e outros...

3) Atividades nos equipamentos municipais:

Centro de Arte Contemporânea: Serviço Educativo - visitas guiadas, visitas-jogo; oficinas, workshop, ocupação dos alunos nas pausas letivas ...;

Centro Cultural Adriano Moreira: realização de exposições dos trabalhos dos alunos das escolas...;

Museu Ibérico da Máscara e do Traje: Serviço Educativo - visitas guiadas, ocupação dos alunos nas pausas letivas, ações nas escolas...

Bibliotecas Municipais: exposições temáticas, hora do conto, criação da Rede de Bibliotecas de Bragança com a realização de plano anual de atividades conjunto, desenvolvimento de um catálogo conjunto, encontro com escritores nas escolas...

Teatro Municipal: programação destinada aos vários níveis de ensino, oficinas, visitas guiadas, integração de alunos em espetáculos de companhias nacionais; apoio aos Grupos de Teatro Escolares e às Tunas Universitárias com a cedência de espaço e da verba realizada nos espetáculos no Teatro

Piscinas Municipais: Férias Desportivas e Culturais; Torneio de natação do desporto escolar

- 4) Organização de atividades conjuntas com as Associações de Estudantes – ex. Festa de Carnaval, Desfile de Moda...
- 5) Programas específicos: ex: Programa de Saúde Oral, Sorrir Branquinho dirigido ao ensino pré-escolar; deslocação do vaivém do Oceanário de Lisboa; publicação do livro O meu nome é Bragança, dirigido e entregue a todos os alunos do concelho (do 1º ciclo ao secundário); Cinema de Animação para o pré-escolar da área rural;
- 6) Escola de Trânsito: ações de sensibilização rodoviária;
- 7) Conservatório de Música: ensino articulado no Agrupamento Paulo Quintela; intercâmbios de alunos com cidades geminadas.
- 8) Criação da Escola Municipal de Dança, integrada no Conservatório de Música;
- 9) Apoio no âmbito dos transportes para atividades das escolas
- 10) Acolhimento de estagiários do ensino secundário e do ensino superior nos serviços da Câmara Municipal

11) Organização, juntamente com o Instituto Gulbenkian de Ciência, de um estágio anual para os 3 melhores alunos do ensino secundário da área de Biologia.

4.1.8. Cumprimento das funções previstas nos Decretos-Lei nº 115-A/98, 7/2003 e 75/2008

A CMB cumpriu satisfatoriamente as funções da autarquia nas assembleias de Escola/agrupamento e nos atuais conselhos gerais. Além disso, promoveu a instalação do Conselho Municipal de Educação, deu-lhe conteúdo e proveu o seu exercício. Existem reuniões periódicas com as escolas /agrupamentos bem como coordenação de atividades.

4.1.9. Programas de ajuda a menores em situação de risco

A CMB integra a CPCJR. Ao mesmo tempo, apoia as intervenções das instituições intervenientes nas diferentes situações de risco.

4.1.10. Currículo escolar municipal

Não foi promovido este programa por as escolas/agrupamentos entenderem serem já os programas escolares muito extensos e por não haver legislação específica enquadrante.

Julgamos, porém, que o património histórico, natural e cultural do Concelho justificam um programa vertical próprio.

4.1.11. Pessoal assistente operacional

A CMB garante os assistentes operacionais dos Jardins de Infância: Santiago, Estação, Centros Escolares de Stª Maria e da Sé e Jardim de Infância de Salsas.

Nas horas das refeições e prolongamento do horário (componente social), a CMB apoia ainda os agrupamentos e juntas de freguesia em pessoal recrutado por estes organismos.

Como não aderiu ao protocolo de transferência de competências com o ME, a CMB não tem competência na gestão do pessoal do 1º CEB e do pessoal dos restantes níveis de ensino.

A despesa com Assistentes Operacionais custou à CMB, em 2011/2012, 92.736 euros por ano.

4.1.12. Limpeza

A Limpeza é gerida pelos agrupamentos mediante pessoal provido pelo Ministério da Educação e Ciência e pela Autarquia, nas situações já descritas.

4.1.13. Suporte organizacional

A CNB tem um Departamento de Educação, Social e Cultural, com uma Divisão de Educação, Desporto e Juventude, Esta, por sua vez, tem uma setor de educação. Este setor tem quatro técnicos do quadro de pessoal.

4.1.14. Juízo avaliativo

Julgamos a ação da CMB globalmente muito positiva. Devem ser promovidos todos os programas propostos em 2006 ou justificada a sua não implementação, no futuro.

Julgamos relevante a implementação do currículo escolar municipal..

A piscina escolar, dadas as circunstâncias de crise económica com que o país se defronta deve ser reprogramada para momento economicamente propício.

Todos os edifícios das escolas suspensas foram objeto de um programa de reutilização para fins de interesse público:

- o edifício da EB1 do Loreto está a ser requalificado para futura escola municipal de dança;~
- o da EB1 de S. Sebastião é sede da Banda Filarmónica de Bragança;
- o da EB1 da Estação é sede da Associação Reaprender a Viver;

- o da EB1 da Estacada foi cedido à Casa de Trabalho para programas de ação social;
- os edifícios das EB1 do meio rural foram cedidos ou a associações recreativas e culturais ou a juntas de freguesia.

4.2. A ação do Ministério da Educação

4.2.1. O regime de funcionamento das escolas, as AEC e o estudo acompanhado

A Carta Educativa sugeria um funcionamento em regime normal (09h00-12h30 e 01h30-15h30) e dois professores por turma para garantir uma permanência mínima dos alunos na escola pelo período de 40 horas por semana. O Ministério da Educação alargou o horário de permanência dos alunos para as 17h00, para cumprir a função de custódia da escola e responder às AEC.

A articulação entre professores das AEC e professores do currículo normal deve ser reforçada em como a componente lúdica.

Esta solução foi mais cara para o Ministério da Educação pois acabou por gastar mais 528 euros por mês por cada grupo-turma, em AEC.

É certo que a solução dos dois professores não podia ser generalizada ao país. Mas, podendo-o ser num concelho, não se vê razão para não o fazer. A substituição dos professores das AEC pelos professores dos quadros é pois, como já se sugeriu atrás, uma hipótese organizacional.

Admitindo um tempo de trabalho semanal do aluno, de 45 horas, também não se vê por que é que os alunos não têm pelo menos 15 horas semanais de estudo acompanhado obrigatório e de outras atividades de realização (exceto se os pais declararem não os querer) a fim de aumentar o sucesso escolar dos alunos mais desfavorecidos. Esta solução também ocuparia os restantes professores em excesso.

Todas estas soluções pressupõem o funcionamento em horário normal, possível no parque escolar do Concelho, dado já haver poucos mais grupos-turma do que salas de aula normais.

4.2.2. O Programa Novas Oportunidades

O Programa Novas Oportunidades, concebido pelo XVI Governo Constitucional e executado pelo XVII, permitiu reduzir o abandono escolar para números residuais e aumentar o sucesso escolar para níveis europeus.

Independentemente das eventuais propaladas mas não demonstradas injustiças e benevolências para com os alunos, o Programa cumpriu os seus objetivos, faltando-lhe no entanto avaliação da sua eficiência e eficácia tanto na vertente do ensino quanto da certificação.

Assim, não é possível, sem um estudo aprofundado, afirmar se o Programa foi ou não medíocre ou bom, sendo certo que cumpriu objetivos sociais importantíssimos como o fazer regressar à escola muitos adolescentes e jovens e o incentivar os adultos ao estudo, mesmo se através dos programas de Certificação, Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC). No ensino superior, o Programa Maiores de 23 e o Programa CET, o primeiro que já vinha de 1965 na forma de Maiores de 25, revelou-se propiciador de um enorme avanço na qualificação dos portugueses e de indução na frequência do ensino superior.

4.2.3. Um inadequado planeamento do número de professores

Esperando que o mercado ditasse a sua lei e recomendasse aos candidatos ao ensino superior que não escolhessem cursos de formação de professores por falta de emprego, o que, de facto, já acontece, os governos não cuidaram de planear o acesso à profissão.

Conforme ficou dito atrás, temos agora professores a mais, que é necessário ocupar conforme foi sugerido.

5. Princípios organizacionais da Educação

5.1. Um grupo-turma, uma sala de aula normal

A taxa de ocupação das instalações escolares é diversa consoante a dinâmica de cada escola/agrupamento e a procura social dos mesmos.

O reagrupamento de escolas permite pensar na reorganização da distribuição dos alunos pelos diferentes estabelecimentos na base do princípio de qualidade primeira, um grupo-turma, uma sala de aula normal, a fim de que os alunos do grupo possam guardar os seus haveres, tenham e possam gerir o seu próprio espaço e tempo e possam não andar de mochila às costas de casa para a escola e desta para aquela.

Este desiderato implica que os três agrupamentos agora constituídos formem um órgão de coordenação da gestão dos fluxos escolares para regular a distribuição dos alunos, sob a supervisão da entidade superior.

5.2. O não encerramento de nenhum estabelecimento pós-1º CEB, na cidade

Do princípio anterior decorre a necessidade de não encerrar qualquer estabelecimento de ensino pós-primário ou do 1º CEB, na cidade. Com efeito, ainda há 147 grupos-turma e só há 117 espaços de aula normal disponíveis. As escolas terão de ser todas ocupadas sob pena de algumas delas ficarem sobrelotadas.

5.3. A necessária malha geográfica do ensino pós-1º CEB

A existência de especificidades territoriais na cidade de Bragança conduz a que não se possa nem encerrar a atual Escola Secundária Miguel Torga nem integrá-la em qualquer outro agrupamento mas sim dar-lhe autonomia para poder lutar e sobreviver, agregando mais-valia à zona histórica, face ao dinamismo demográfico do resto da cidade.

5.4. A coordenação e diversificação da oferta formativa

O conselho de coordenação inter-agrupamentos é também necessário para coordenar a distribuição da oferta formativa. Designadamente, a formação profissional carece de consistência e espacialização.

5.5. Educação do projeto de sociedade em todas as escolas

A escola é o principal lugar de construção da igualdade social de oportunidades. Por isso, nenhuma escola poderá rejeitar alunos por razões baseadas na inteligência, no género, na religião, na etnia, na origem social ou na deficiência.

Por outro lado, nenhuma escola poderá organizar grupos-turma de nível por um período superior a dois meses.

5.6. Incremento da formação profissional

O sistema educativo português está demasiado orientado para a prossecução de estudos. Há que incrementar a formação profissional de modo a que, dentro de 20 anos, 60% dos alunos frequentem esta via de formação. Com o aumento da escolaridade obrigatória, este objetivo torna-se crucial para a sobrevivência da escola e dos jovens na escola.

5.7. Incremento da formação artística

É uma área que se deverá continuar a expandir. Para o efeito, o Conservatório de Música e a futura escola de dança constituir-se-ão como estruturas de apoio às escolas ao mesmo tempo que devem promover outras vias artísticas, a exemplo da boa prática já existente do Ensino Articulado da Música.

5.8. Escola orientada para o sucesso dos alunos

Uma escola orientada para o sucesso dos alunos não lhes ministra só as aulas. Orienta-os também no estudo e em atividades de realização cultural, científica, artística e desportiva. Para o efeito, as escolas devem organizar-se para uma semana de 45 horas em que só 25 horas sejam de aulas, 15 sejam de estudo orientado e cinco sejam de realização.

5.9. Currículo municipal de educação

A cada vez maior intervenção dos municípios na educação reclama que cada município possa desenvolver a sua identidade própria através de um currículo municipal de educação

5.10. Gestão do tempo escolar

Nenhuma criança do 1º ciclo deverá ter mais de duas horas seguidas de trabalho teórico e mais de cinco horas diárias de trabalho intelectual, devendo as restantes três horas assumir uma componente prática e lúdica.

Nenhum pré-adolescente do 2º ciclo deverá ter mais de três horas seguidas de aulas teóricas e mais de seis horas diárias de trabalho intelectual, devendo as restantes três horas assumir uma componente prática e lúdica.

Nenhum adolescente do 3º ciclo deverá ter mais de três horas seguidas de aulas teóricas e mais de sete horas diárias de trabalho intelectual, devendo a restante hora assumir uma componente prática e lúdica.

Nenhum jovem do ensino secundário deverá ter mais de quatro horas seguidas de aulas teóricas e mais de sete horas diárias de trabalho intelectual, devendo a restante hora assumir uma componente prática e lúdica.

5.11. Gestão coordenada de professores e funcionários

A transição de cinco unidades organizacionais para três implicará mobilidade de alunos, de professores e de funcionários.

Dever-se-á promover uma gestão coordenada desta mobilidade pelo conselho de coordenação dos novos agrupamentos, ao nível dos grupos-turma, dos professores e dos funcionários, de modo a garantir equilíbrio entre os agrupamentos, supervisionada pela DREN e acompanhada pela Câmara Municipal.

5.12. Não constituição de quadro de professores do 2º Ciclo no Agrupamento Miguel Torga

Considerando que há alunos que transitam dos atuais agrupamentos de educação básica para o terceiro agrupamento agora constituído não deverá este constituir quadro de professores do 2º ciclo do ensino básico a fim de absorver alguns professores deste ciclo oriundos dos agrupamentos de onde saíram os alunos.

5.13. Transição dos educadores de infância e dos professores do 1º ciclo do ensino básico

As e os educadores de infância e as professoras e os professores do 1º ciclo cujas escolas mudam de agrupamento deverão transitar com os alunos para o novo agrupamento.

6. Reordenamento da rede escolar

Com base na avaliação realizada e nos princípios enunciados, especificam-se os seguintes critérios para o reordenamento da rede:

1. que as crianças da pré-escolar e do 1º CEB estejam o mais próximas possível das suas famílias;
2. que nenhuma criança da pré-escolar se desloque durante mais de 10 kms (20 ida e volta) e durante mais de 25 minutos (50 ida e volta)
3. que nenhum aluno se desloque mais de 18 kms (36 ida e volta) para aceder à escola do 1º CEB;
4. que nenhum aluno se desloque durante mais de 40 minutos para percorrer esses 18 kms;
5. que, sempre que uma criança não seja abrangida pelos critérios anteriores, se mantenha aberto um estabelecimento de ensino o mais próximo possível daquela;
6. que, no caso da cidade, se mantenham abertos o maior número possível de estabelecimentos do 1º ciclo, desde que com pelo menos 20 alunos;
7. que, no caso dos restantes ciclos de escolaridade, se considerem as seguintes especificidades:
 - 7.1. possibilidade de frequência do estabelecimento de ensino mais próximo da residência;
 - 7.2. respeito pelo princípio de um grupo-turma por sala de aula normal;
 - 7.3. disponibilização do ensino do 2º CEB e do ensino secundário em todas as unidades organizacionais;
 - 7.4. manutenção de todos os estabelecimentos de ensino em funcionamento dado haver muito mais grupos-turmas (147) do que salas de aula normal (127);
 - 7.5. consideração dos desequilíbrios no desenvolvimento da cidade e das especificidades demográficas e sócio-históricas;
8. será assegurada a gestão coordenada de professores e funcionários na transição de cinco unidades organizacionais para três, a qual implicará mobilidade de professores e de funcionários
9. considerando o excesso de docentes, não deverá o novo agrupamento Miguel Torga constituir quadro de professores do 2º ciclo, com vista a assegurar a gestão conjunta destes professores;
10. as e os educadores de infância e as professoras e os professores do 1º ciclo cujas escolas mudam de agrupamento deverão transitar com os alunos para o novo agrupamento.

Face a estes princípios, propõe-se a criação de três unidades organizacionais verticais.

- Agrupamento de Escolas Miguel Torga, agrupando a Escola Secundária Miguel Torga, o Centro Escolar de Santa Maria e as Escolas EB1 do Toural e Quintanilha e Rebordãos;
- Agrupamento de Escolas Abade de Baçal/Augusto Moreno, reagrupando o Agrupamento Abade de Baçal e o Agrupamento Augusto Moreno
- Agrupamento de Escolas Paulo de Quintela e a Escola Secundária Emídeo Garcia, agrupando o Agrupamento de Escolas Paulo de Quintela e a Escola Secundária Emídeo Garcia.

Os nomes atribuídos são provisórios e apenas para discussão de trabalho. Compete às comunidades educativas escolher o nome definitivo.

Apresenta-se, de seguida, o QUADRO nº 1, descrevendo as escolas e alunos de cada um destes agrupamentos para os próximos três anos.

**Quadro nº 1: Reordenamento da rede escolar a partir de
2012/2013**

	Abade Baçal/A.Moreno		E.Garcia/P.Quintela		Miguel Torga		Ciclos
	Centros Escolares	Alunos Previstos	Centros Escolares	Alunos Previstos	Centros Escolares	Alunos Previstos	
Pré-Escolar	Izeda	14	Santiago	54	Stª Maria	72	
	Parada	15	Sé	68	Gimonde	13	
	Estação	91			Rebordãos	22	
	Rossas	9					
	Total Ciclo	129		122		107	358
1º Ciclo	Izeda	44	Sé	236	CEStªMaria	168	
	Parada	25	C.Redondo	96	Toural	52	
	Mãe Água	61	Beatas	77	Quintanilha	13	
	Rossas	34			Rebordãos	28	
	A Mirandela	36			Cantarias	27	
	A. Moreno	48					
	Formarigos	23					
	Total Ciclo	271		409		288	968
2º Ciclo	Izeda	35	P.Quintela	396	M. Torga	75	
	A. Moreno	272					
	Total Ciclo	307		356		75	738
3º ciclo	Izeda	71	P.Quintela	350	M.Torga	208	
	Abade Baçal	235	E. Garcia	221			
	A Moreno	161					
	Total Ciclo	467		571		208	1246
Secundário	Abade Baçal	348	E. Garcia	631	M Torga	268	
	Total Ciclo	348		631		268	1247
Total Ciclos							4557
Total Agrupamentos		1522		2089		946	4557

Suspensão das EB1 de Espinhosela (CES. Maria), Salsas (Izeda), Samil (Cantarias)

Suspensão dos J.I. de Coelho (Parada) e Salsas (Izeda)

Referências

- Câmara Municipal de Bragança (2006). Carta Educativa do Concelho de Bragança. Bragança: Câmara Municipal (Policopiado)
- Portugal. Estatística de Portugal (1881). População - Censo no 1º de Janeiro de 1878. Lisboa: Imprensa Nacional
- Portugal. Instituto Nacional de Estatística (1952). IX Recenseamento Geral da População. Tomo II. Lisboa: Tipografia Portuguesa, Ldª
- Portugal. Instituto Nacional de Estatística (1953). Estatística da Educação (1951-52). Lisboa: Tipografia Portuguesa, Ldª
- Portugal: Instituto Nacional de Estatística (1964). Estatística da Educação - Ano lectivo 1962-1963. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Centro de Estudos
- Portugal. Instituto Nacional de Estatística (2002). Censos 2001 – Educação. CDrom. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística
- Portugal. Instituto Nacional de Estatística (2012). Censos 2011 – Educação. Em <http://www.ine.pt> . Censos 2011. Acedido em 21/12/2012, 17h00
- Portugal. Centro Hospitalar do Nordeste. Maternidade (2012). Nascimentos na Maternidade do CHNE, entre 2006 e 2011. Bragança: Maternidade do CHNE



ANEXO 1

Evolução da população residente no Concelho de Bragança e suas freguesias - inter-censos

FREGUESIAS	ÁREA	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	001/2011	991/2011	981/2011	950/2011	864/2011
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º					
Concelho	1177,98	25863	27303	30378	30483	30819	27965	29730	34295	38233	37553	32075	35380	33055	34750	35345	595	2290	-35	-2888	9482
Cidade	24,06	5.111	5.442	5.839	5.310	5.701	5.370	6.141	6.595	8.818	8.662	9.275	14.379	16.079	21.074	23.089	2015	7010	8710	14271	17978
Stª Maria	14,06	2.866	2.788	3.111	2.742	2.754	2.687	3.118	3.325	4.377	3.908	3.745	3.924	3.239	3.404	3.935	531	696	11	-442	1069
Sé	10	2.245	2.654	2.728	2.568	2.947	2.683	3.023	3.270	4.441	4.754	5.530	10.455	12.840	16.593	17.909	1316	5069	7454	13468	15664
Samil a)															1.077	1.245	168	320	786	833	862
Área Rural	1153,92	20752	21861	24539	25173	25118	22595	23589	27700	29415	28891	22800	21001	16976	13676	12256	-1420	-4720	-8745	-17159	-8496
Alfaião	20,09	208	227	252	295	301	269	299	319	331	368	320	331	241	173	173	0	-68	-158	-158	-35
Aveleda	64,45	483	428	444	526	505	494	510	606	696	679	495	492	335	253	198	-55	-137	-294	-498	-285
Babe	25,48	592	545	708	583	561	599	575	659	666	656	635	516	398	277	238	-39	-160	-278	-428	-354
Baçal	24,63	517	522	539	555	837	889	560	625	685	721	655	659	503	470	485	15	-18	-174	-200	-32
Calvelhe	23,00	296	377	474	467	397	394	326	407	449	411	320	295	180	137	97	-40	-83	-198	-352	-199
Carragosa	27,56	520	596	528	537	523	540	567	671	635	613	630	358	321	260	190	-70	-131	-168	-445	-330
Carrazedo	31,02	470	490	480	479	551	517	490	533	595	540	465	286	204	146	114	-32	-90	-172	-481	-356
Castrelos	19,61	451	496	452	477	482	497	505	497	509	437	260	332	273	186	124	-62	-149	-208	-385	-327
Castro de Avelãs	13,80	314	324	344	368	411	410	385	500	412	410	370	283	428	483	460	-23	32	177	48	146
Coelhoso	20,31	353	410	567	574	872	826	873	737	776	1.148	815	663	481	299	321	22	-160	-342	-455	-32
Deilão	42,21	380	376	410	405	695	646	817	510	576	629	515	397	260	219	168	-51	-92	-229	-408	-212
Donai	14,94	534	555	582	590	613	584	536	535	583	526	520	386	377	416	446	30	69	60	-137	-88
Espinhosela	35,58	614	663	694	653	695	695	745	824	947	819	485	550	410	304	244	-60	-166	-306	-703	-370
Failde	15,65	203	308	384	371	361	304	287	310	359	327	200	219	187	158	150	-8	-37	-69	-209	-53
França	56,20	401	398	463	517	535	509	507	612	781	834	765	609	331	275	239	-36	-92	-370	-542	-162
Gimonde	15,44	208	273	273	293			314	376	464	437	420	449	343	386	337	-49	-6	-112	-127	129
Gondesende	16,35	316	351	396	390	340	323	317	377	390	394	215	273	242	226	194	-32	-48	-79	-196	-122
Gostei	18,40	444	482	471	476	619	501	516	515	566	505	355	470	439	412	425	13	-14	-45	-141	-19
Grijó de Parada	31,16	476	522	570	559	547	428	521	627	650	655	515	608	460	380	298	-82	-162	-310	-352	-178
Izeda	34,26	808	809	937	987	903	903	950	1.222	1.258	1.051	960	1.151	942	915	1.006	91	64	-145	-252	198
Macedo do Mato	15,70	432	438	504	568	587	520	581	715	707	770	430	544	366	296	208	-88	-158	-336	-499	-224
Meixedo	11,67	323	353	389	307	368	317	292	394	354	356	255	289	201	188	163	-25	-38	-126	-191	-160
Milhão	27,96	387	401	473	420	468	412	407	505	438	506	485	316	243	205	161	-44	-82	-155	-277	-226
Mós	11,62	367	323	438	480	503	443	433	451	529	480	350	326	284	194	179	-15	-105	-147	-350	-188
Nogueira	13,59	362	352	393	421	387	399	434	484	489	439	310	457	428	431	495	64	67	38	6	133
Outeiro	40,85	646	699	913	924	913	794	816	962	987	891	610	535	375	367	301	-66	-74	-234	-686	-345
Parada	36,15	662	726	830	1.013	1.191	909	905	1.115	1.448	1.281	1.070	862	666	604	507	-97	-159	-355	-941	-155
Paradinha Nova	15,43	300	315	407	390				386	441	524	280	234	168	150	109	-41	-59	-125	-332	-191
Parâmio	23,78	650	699	761	816	739	718	704	827	749	752	485	514	400	281	214	-67	-186	-300	-535	-436
Pinela	22,87	345	397	497	489	507	432	442	598	630	715	380	445	335	244	219	-25	-116	-226	-411	-126
Pombares	10,75	189	198	196	228				201	185	196	95	92	82	59	41	-18	-41	-51	-144	-148
Quintanilha	24,89	308	345	438	425	498	497	575	595	603	631	555	471	328	304	216	-88	-112	-255	-387	-92
Quintela de Lampaças	20,34	588	643	684	746	977	888	878	889	948	876	525	508	382	285	215	-70	-167	-293	-733	-373
Rabal	21,15	368	411	461	403	416	433	423	487	496	466	380	291	318	196	171	-25	-147	-120	-325	-197



ANEXO 1

Evolução da população residente no Concelho de Bragança e suas freguesias - inter-censos

FREGUESIAS	ÁREA	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	001/2011	991/2011	981/2011	950/2011	864/2011
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º					
Rebordainhos	12,30	360	399	445	416	460	408	391	439	528	544	370	381	254	188	146	-42	-108	-235	-382	-214
Rebordãos	26,62	638	617	736	708	684	598	648	763	809	814	535	620	514	543	545	2	31	-75	-264	-93
Rio Frio	34,04	660	648	764	813	698	613	667	722	724	663	665	433	341	232	204	-28	-137	-229	-520	-456
Rio de Onor	45,53	260	259	247	253				360	398	381	260	230	153	126	76	-50	-77	-154	-322	-184
Salsas	25,50	736	804	864	990	1.106	632	755	1.089	1.164	1.054	720	728	532	424	389	-35	-143	-339	-775	-347
Samil	9,25	307	296	351	340	332	266	336	399	412	392	570	459	925	1.077	1.245	168	320	786	833	938
Santa Comba de Rossas	9,13	224	218	222	248	287	189	212	280	328	394	370	375	366	366	322	-44	-44	-53	-6	98
São Julião de Palácios	34,07	616	623	667	700	655	598	555	641	683	643	405	570	345	283	231	-52	-114	-339	-452	-385
São Pedro de Sarracenos	16,00	433	430	535	550	508	461	387	412	453	389	585	333	279	282	366	84	87	33	-87	-67
Sendas	19,22	549	541	610	591	611	490	466	596	539	499	395	343	289	241	183	-58	-106	-160	-356	-366
Serapicos	28,30	461	577	683	710	848	695	728	898	920	868	735	473	404	289	206	-83	-198	-267	-714	-255
Sortes	21,97	506	522	590	618	627	555	549	532	543	612	475	498	373	320	293	-27	-80	-205	-250	-213
Zoio	25,12	487	475	473	504	502	430	405	498	582	595	590	347	270	203	189	-14	-81	-158	-393	-298

a) A Freguesia de Samil só passou a fazer parte da cidade em 2000.

Fontes: Câmara Municipal de Bragança, 2006. Portugal. Instituto Nacional de Estatística (2012)



Evolução da população residente, por Concelho - Inter-censos

NUTS e Concelhos	2011*	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos
Portugal	10.555.853	4.286.995	4.698.384	5.102.891	5.446.760	5.999.146	6.080.135	6.802.429	7.755.423	8.510.240	8.889.391	8.611.110	9.833.014	9.867.147	10.356.117	10.555.853
Região Norte	3.689.713													3.472.715	3.687.293	3.689.713
Alto Trás-os-Montes																
Alfândega da Fé	5.095	9.069	8.906	9.069	9.341	9.341	8.037	8.789	9.963	10.204	9.672	7.410	7.925	6.734	5.963	5.095
Bragança	35.319	25.863	27.303	30.378	30.483	31.321	28.395	29.730	34.295	38.233	37.553	32.075	35.380	33.055	34.750	35.345
Carrazeda de Ansiães	6.322	11.195	11.742	12.935	13.605	11.667	12.082	13.559	14.704	15.828	14.340	10.955	11.420	9.235	7.642	6.322
Freixo de Espada à Cinta	3.798	5.980	6.470	6.605	6.848	6.981	6.304	7.034	7.461	7.620	7.288	6.410	5.717	4.914	4.184	3.798
Macedo de Cavaleiros	15.844	16.653	17.901	18.325	19.200	20.991	20.917	18.376	19.781	25.204	26.199	22.225	21.608	18.930	17.449	15.844
Miranda do Douro	7.462	9.004	9.564	10.009	10.639	11.208	10.738	11.272	12.584	12.944	18.972	10.680	9.948	8.697	8.048	7.462
Mirandela	23.913	18.064	19.359	19.816	20.789	22.063	17.531	23.007	27.508	31.131	29.912	25.230	28.879	25.209	25.819	23.913
Mogadouro	9.587	14.588	15.808	16.364	17.558	17.130	15.765	16.739	18.729	19.561	19.571	14.730	15.340	12.188	11.235	9.587
Torre de Moncorvo	8.583	13.012	14.312	14.427	15.701	16.783	14.546	16.155	18.582	18.539	18.741	14.195	13.674	10.969	9.919	8.583
Vila Flor	6.690	8.423	9.588	11.048	9.812	10.358	9.130	11.363	12.505	12.505	11.894	8.785	9.719	8.885	7.913	6.690
Vimioso	4.680	9.608	10.295	10.770	11.086	12.076	10.457	11.484	12.507	13.210	12.782	9.875	8.500	6.323	5.315	4.680
Vinhais	9.166	19.928	20.554	20.185	19.842	20.236	18.427	19.525	23.228	23.378	26.577	17.825	16.144	12.727	10.646	9.166
Distrito Bragança	136.459	161.387	171.802	179.931	184.904	190.155	153.902	187.033	211.847	228.357	206.924	180.395	184.254	157.866	148.883	136.485
Boticas	5.747	9.388	9.933	10.133	10.982	10.937	10.338	11.154	11.786	13.247	14.481	10.925	8.773	7.936	6.417	5.747
Chaves	41.444	31.815	35.158	42.109	36.781	37.913	36.745	40.702	47.527	54.406	57.243	43.520	45.883	40.940	43.667	41.444
Montalegre	10.594	18.539	19.939	19.702	20.731	22.066	20.065	21.158	24.572	29.724	32.728	22.929	19.403	15.464	12.762	10.594
Murça	5.954	7.274	7.730	7.448	6.857	7.405	7.114	7.886	9.015	10.056	10.364	7.505	8.518	7.371	6.752	5.954
Valpaços	16.876	23.591	25.571	24.486	25.179	25.297	23.912	26.050	29.396	33.598	33.984	27.350	26.066	22.586	19.512	16.876
Vila Pouca de Aguiar	13.167	15.802	15.926	16.104	16.047	17.496	17.113	18.108	20.552	23.412	25.394	21.420	20.121	17.081	14.998	13.167
Vila Real	52.219	32.146	33.489	34.032	35.976	37.111	34.952	37.951	43.142	46.782	47.773	44.550	47.020	46.300	49.957	52.219

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Notas: * Dados preliminares dos Censos 2011

ANEXO 2

Nascimentos registados, desde 1981, no Concelho de Bragança, e projeção da população escolar para 2030

Projeções

ANO	N.RC	M.INE	Mater	INE+RC	Pré	1º	2º	3º	Secund.	Total	NRC= nascimentos registados na Conservatória do Registo Civil de Bragança
1981	500			500							
1982	490			490							M. INE = média da década, registada pelo Instituto Nacional de Estatística
1983	492	459		475							
1984	477	459		468							INE+ RC = Média da soma de RC + INE
1985	462	459		468							
1986	444	459		451							Mater= Maternidade do Centro Hospitalar do Nordeste. Com efeito, a partir de 2005, deixou de haver registos de nascimentos nas Conservatórias do Registo Civil, sendo centralizados a nível nacional
1987	426	459		442							
1988	412	459		435							
1989	397	459		428							
1990	382	459		420							A partir de 2011, os dados da Maternidade do CHNE são projeções
1991	370	345		358							
1992	363	345		354							
1993	346	345		346							
1994	312	345		328							
1995	320	345		333							
1996	322	345		334							
1997	315	345		330							
1998	324	345		335							
1999	327	345		336							
2000	343	345		344	994	1341	752	1234	1353	5674	
2001	314	313		314							
2002	310	313		310							
2003	339	313		339							
2004	314	313		314							
2005	290	313		290							
2006	1567	313	242	274							
2007		313	243	274							
2008		313	251	282							
2009		313	232	272							
2010		313	253	283							
2011		290	225	250	837	1217	625	990	1015	4684	
2012		280	220	250	830	1152	649	999	992	4622	
2013		280	215	247	820	1120	653	968	1001	4562	
2014		280	210	245	810	1102	604	963	1015	4494	
2015		280	205	242	785	1111	564	943	994	4397	
2016		280	200	240	750	1087	548	922	963	4270	
2017		280	195	237	740	1055	556	901	943	4195	
2018		280	190	235	730	1030	554	880	878	4072	
2019		280	185	230	720	1010	533	860	838	3961	
2020		280	180	217	705	994	533	837	838	3907	
2021		240	175	205	702	964	500	805	828	3799	
2030		240	140	185	563	835	417	697	712	3224	

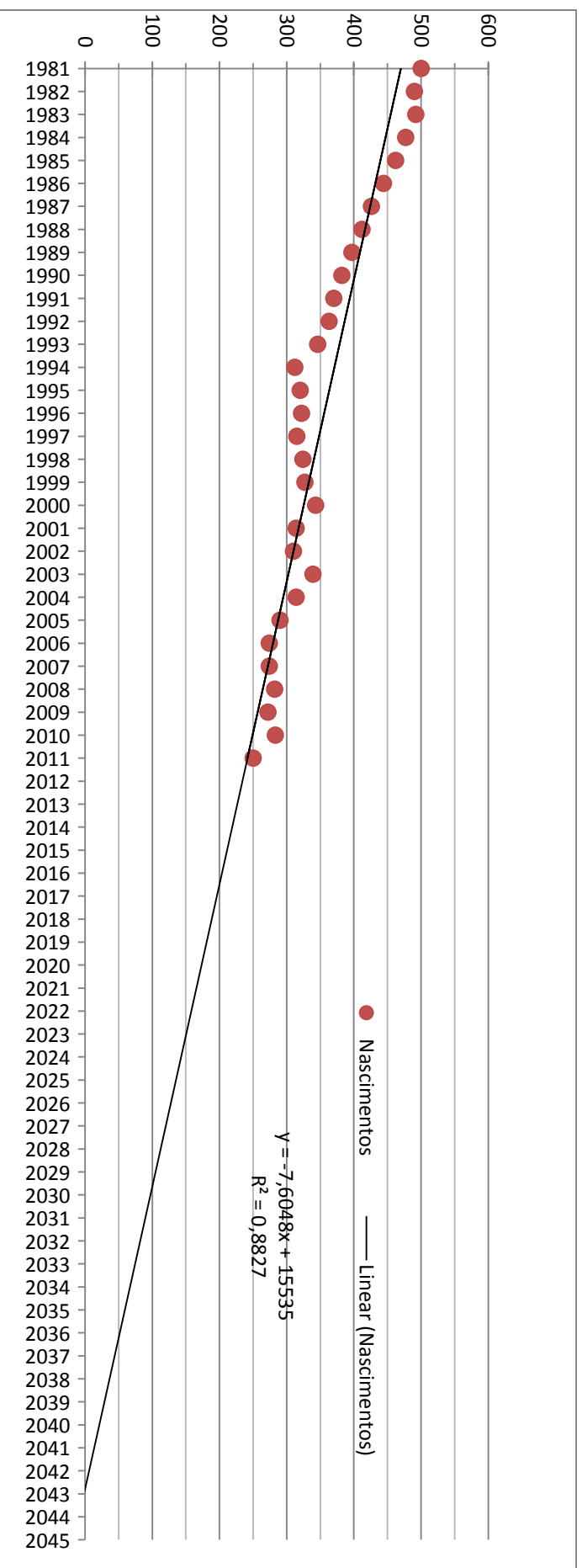
Fontes: Câmara Municipal de Bragança, 2006.

Portugal. Instituto Nacional de Estatística (2012)

Conservatória do Registo Civil, 2006

Maternidade do Centro Hospitalar do Nordeste, 2012

Projeção dos nascimentos no Concelho de Bragança segundo uma regressão linear



ANEXO 4

Dinâmica evolutiva da população do Concelho de Bragança, em termos de grupos etários, desde 1950

Anos	PopTotal	0-14	%	15-24	%	25-64	%	≥ 65	%
1878	27481	8190	29,80	5132	18,67	12609	45,88	1200	4,36
1950	38070	12156	31,93	7428	19,51	15990	42,00	2496	6,55
2001	34752	4831	13,9	5040	14,5	18071	52	6801	19,57
2010	35345	4378	12,38	3571	10,12	19161	54,21	8231	23,29

ANEXO 5

Evolução da formação da população do Concelho de Bragança em percentagens descendentes acumuladas

	Pop.>7	Analfab	Ler&Esc.	Primár	2º Ciclo	3º Ciclo	Secund	Superior
			s/ grau					
1878	27303	22457	2266					
		81,72%	18,28%					
1911	30819	21265	9554					
		69%	31%					
1930	29730	18433	11297,4					
		62%	38%					
1950	28500	13299	15190	4721			469	185
%		46,7	53,3	20,0			3,2	1,8
N Idades		28500	28500	26000			15000	11000
2000	31250	4170	2000	26592	18574	14700	10268	5141
%		12	4	84	60	49	36,1	19,4
N Idades	34752	31647	31647	31647	30957	30022	28522	26502
2010	32530	3500	3500	28338	19640	15785	10711	5636
%		10,0	3,0	87,1	61,6	50,9	37,0	20,5
N Idades	35345	32530	32530	32530	31900	31000	28929	27500

Fontes:

Portugal. Estatística de Portugal (1881).
 Portugal. Instituto Nacional de Estatística (1952).
 Portugal. Instituto Nacional de Estatística (1953).
 Portugal: Instituto Nacional de Estatística (1964).
 Portugal. Instituto Nacional de Estatística (2002).
 Câmara Municipal de Bragança (2006).
 Portugal. Instituto Nacional de Estatística (2012).

RECÉM-NASCIDOS NO CENTRO HOSPITALAR DO NORDESTE, E.P.E. POR CONCELHO DE RESIDÊNCIA DA MÃE

CONCEIHO	N.!! DE RECÉM-NASCIDOS					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
CONCEIHO DO DISTRITO DE BRAGANÇA						
ALFANDEGA DA FE	26	19	16	24	17	19
BRAGANÇA	242	243	251	232	253	225
CARRAZEDA DE ANSIAES	23	13	11	25	15	17
FREIXO ESPADA CINTA	24	15	26	22	17	14
MACEDO DE CAVALEIROS	90	64	79	62	74	52
MIRANDA DO DOURO	25	38	47	30	30	34
MIRANDELA	109	44	68	82	86	91
MOGADOURO	40	45	28	37	36	34
TORRE DE MONCORVO	40	26	38	16	32	34
VILA FLOR	36	13	19	10	24	20
VIMIOSO	14	19	15	19	19	22
VINHAIS	30	28	34	31	28	28
TOTAL DISTRITO BRAGANÇA	699	567	632	590	631	590
CONCELHOS DE OUTROS DISTRITOS						
ALIJÓ	2	0	0	0	0	0
ALMADA	1	0	0	0	0	0
ALMEIRIM	0	0	0	0	0	1
BATALHA	1	0	0	0	0	0
BEJA	0	0	0	0	1	0
CASCAIS	0	1	0	0	0	0
CELORICO DE BASTOS	0	0	1	0	0	0
CHAVES	0	0	0	3	0	3
ENTROCAMENTO	1	0	0	0	0	0
ESPOSENDE	0	1	0	0	0	0
FIG CASTELO RODRIGO	0	0	0	0	0	1
FUNDÃO	1	0	0	0	0	0
LISBOA	0	2	0	0	0	0
MARCO DE CÂNAVESES	0	0	1	2	2	0
MATOSINHOS	0	0	0	0	2	0
MONÇÃO	0	0	1	0	0	0
MURÇA	6	0	0	0	0	0
OVAR	1	0	0	0	0	0
PACOS DE FERREIRA	0	0	0	0	1	0
PESO DA REGUA	0	0	0	0	0	1
PORTIMÃO	1	0	0	0	0	0
PORTO	0	0	0	0	1	0
PÓVOA DE VARZIM	0	0	0	1	0	0
SANTA MARIA DA FEIRA	1	3	2	2	0	3
SANTOTIRSO	0	0	0	1	0	0
VALONGO	0	0	0	1	0	0
VALPACOS	6	1	2	1	4	5
VILA DO CONDE	1	0	0	1	0	0
VILA NOVA FOZ CÔA	0	1	0	0	0	0
VILA REAL	0	0	0	0	1	0
TOTAL OUTROS DISTRITOS	22	9	7	12	12	14
TOTAL GERAL	721	576	639	602	643	604